

Comissão Mista usa truques

BRASÍLIA — A Comissão Mista do Orçamento do Congresso Nacional não somente mudou no ângulo o projeto original do governo, como empregou truques para impedir os vetos presidenciais e para forçar o Executivo a adotar medidas complementares.

Dessa forma, a indexação do orçamento — mecanismo pelo qual o governo propunha a correção automática dos valores orçamentados, vinculando despesas, como a com pessoal, a indexadores, como a URP, no caso, está definitivamente descartada. Aproveitando-se do fato de que o presidente José Sarney só poderá vetar artigos inteiros, o relator Almir Gabrial (PMDB-PA) fez uma estranha redação para o artigo 4º de seu parecer.

O artigo veda a aplicação do decreto-lei 2.443, que instituiu a indexação, sobre o orçamento e, embora sem vinculação direta, estabelece diversas autorizações ao Executivo como a abertura de créditos suplementares. Dessa forma, se Sarney quiser vetar a desindexação terá que desistir destas autorizações.

Manipulação — O projeto original, que foi para o Congresso como Orçamento Geral da União, voltou ao Palácio do Planalto como Orçamento Fiscal, composto, além das receitas e despesas do Tesouro Nacional e das entidades da Administração Indireta, inclusive fundações públicas, também dos Fundos da administração Pública Federal. Tais fundos, informam os parlamentares, como não entravam no orçamento, eram manipulados sem qualquer controle. E ainda, sendo orçamento fiscal, o governo, para cumprir o artigo 5º da Constituição e complementar a lei orçamentária anual, terá que enviar ao Congresso os orçamentos dos investimentos das estatais e da Previdência.

Pelo projeto palaciano, o Executivo pode-

ria abrir créditos suplementares de até 25% da despesa total do orçamento. A comissão baixou este percentual para 20% e o relacionou a cada atividade ou projeto e não mais à despesa total. Além disso, também o remanejamento de recursos dentro de orçamento, antes livre, agora fica também preso a este limite. Como os membros de comissão estavam convencidos de que o governo superestimou algumas despesas em que o Congresso constitucionalmente não pode mexer, como os gastos com pessoal, os parlamentares acreditam que o governo terá que enviar, no próximo ano, um projeto de revisão de lei orçamentária, de forma a realocar esta sobra que ultrapassar os 20%.

Acusação — Outro golpe do Congresso atingiu a emissão dos Títulos da Dívida Agrária, papéis com que são indenizadas as desapropriações de terra. O projeto-de-lei original previa a emissão de até 21,5 bilhões de TDAs para atender ao projeto de reforma agrária. Este volume foi reduzido para 5 bilhões e, demonstrando a desconfiança que paira sobre o governo, a comissão destacou a proibição da “emissão com data decorrida e com prazo inferior a dez anos”.

A comissão acusa o governo de emitir títulos com data passada, acima do valor venal das terras, que permitiam ao desapropriado a sua comercialização, a curto prazo, com deságio. “Como a pressão social é muito grande, o governo terá que pedir autorização suplementar e daí vai ter que explicar claramente o que fará com os títulos”, afirmou um deputado. Outros parlamentares, no entanto, acreditam que a medida pode reduzir as desapropriações, priorizando os assentamentos em terras já desapropriadas.